

Presentes jovens e velhos psicólogos das Instituições da Promoção Social



Fizeram parte da mesa, durante o primeiro dia do seminário: da esquerda para a direita: Sérgio Mayda, José Augusto Guilhon de Albuquerque, Marlene Guirado e Sueli Duarte Pacifico.



Cerca de 400 psicólogos estiveram presentes nos cinco dias do seminário

Psicologia e Instituição: do seminário aos novos caminhos da discussão

O Seminário Psicologia e Instituição aconteceu neste mês de agosto de 1985.

As 120 vagas previstas de início como limite máximo de participantes esgotaram-se no primeiro dia de inscrição. Cerca de 500 psicólogos procuraram o Conselho na semana de 5 a 9 de agosto. Destes, 400 cujas atividades profissionais mais se relacionavam com o tema do seminário (Instituições de Promoção Social) tiveram suas inscrições feitas. E a frequência média em todos os cinco dias de debate foi de aproximadamente 380 pessoas.

As discussões a respeito: a) da compreensão sociológica e psicanalítica das relações institucionais, b) das diretrizes institucionais e as questões do cotidiano, c)

da especificidade de atuação do psicólogo, e d) das relações entre família/ criança/ instituição, permitiram o aprofundamento das condições técnico-políticas em que vem sendo desenvolvido o trabalho dos psicólogos nas instituições bem como permitiram a elaboração de propostas de supervisão desse trabalho e de organização desses profissionais supondo, inclusive, a articulação com o Conselho Regional de Psicologia.

Uma vez terminado o seminário, têm havido reuniões de psicólogos de Febem, Fabes e Juizado de Menores, no âmbito mesmo dessas instituições, visando o encaminhamento das propostas que nasceram lá: encontros de profissionais, preparação de um novo

seminário para o início do próximo ano e organização de grupos de estudo e supervisão.

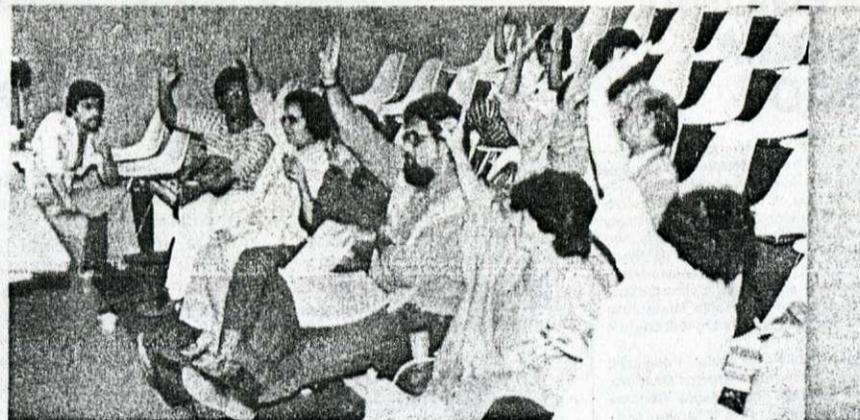
A Comissão de Instituição do Conselho foi ampliada com representantes desses grupos e outros psicólogos que trabalham em instituições particulares. Temos nos reunido todas as segundas-feiras, às 19h00, na sede do CRP. Fizemos uma avaliação do seminário e estamos no momento rediscutindo a finalidade dessa comissão ampliada, para abarcar e dar suporte, quando necessário, a todos esses outros grupos que estão se organizando.

No próximo número do jornal apresentaremos um texto que sintetiza as contribuições teórico-práticas mais significativas que surgiram no seminário.

Assembléia decidiu: permanece anuidade de 1.26 MVR

O CRP-06 realizou em 13 de setembro último a Assembléia Geral Ordinária da categoria para efetuar a prestação das contas da entidade e para a fixação de projetos e objetivos para o próximo ano e as normas e obtenção

dos recursos financeiros necessários para tanto. Entre outras coisas, a assembléia decidiu enviar ao Conselho Federal a sugestão para que seja mantida em 1.26 MVR (Maior Valor de Referência) a anuidade das pessoas físicas inscritas no Conse-



Assembléia Geral Ordinária: psicólogos votando anuidade

lho. Além disso a assembléia decidiu manter as várias opções para o pagamento dessa anuidade que atualmente estão em vigor, ou seja, o pagamento a vista com 10% de desconto até 31 de março, pagamento integral

parcelado em cinco vezes a partir de março, pagamento a vista com 30% de desconto no mês de janeiro e com 20% de desconto em fevereiro.

O Maior Valor de Referência é estabelecido pelo poder público nos meses de maio e novem-

bro com base na variação do salário mínimo e, por lei, é o índice que rege as taxas do Conselho. Em novembro próximo, quando será determinada a anuidade dos psicólogos, calcula-se que o MVR estará por volta de Cr\$ 284.360. Caso o Conselho

Federal aprove a proposta do CRP-06 a anuidade será então de aproximadamente Cr\$ 358.360. (levando-se em conta uma inflação da ordem de 200% garantida pelas autoridades econômicas).

Durante a assembléia também foi apresentado um diagnóstico da situação financeira do Conselho e das principais medidas tomadas para que as receitas e despesas estejam sempre equilibradas. Por fim, foi lamentado o reduzido comparecimento dos psicólogos a esta assembléia pois, ao que parece, o exame e a discussão das questões financeiras que afetam diretamente tanto a vida da entidade quanto o bolso dos inscritos ainda não conseguiu sensibilizar a grande maioria da categoria.

EDITORIAL

Repensando uma nova dimensão do Conselho

O questionamento sobre a dimensão do Conselho Regional de Psicologia abre um espaço muito além do espaço ocupado e compreendido para a categoria por ele representada. Tal constatação, no início mesmo em que ocorre, causa perplexidade; mas antes de produzir paralisação, produz, sim, mobilização frente à descoberta das inúmeras possibilidades de ação.

É comum se encontrar, disseminada na categoria, a expectativa de que um conselho como o nosso, que representa algo em torno de 22.000 profissionais, assuma com exclusividade as questões referentes a esses profissionais, colocando como prioritária a relação com o conselho — categoria e como secundária a relação com a população.

Não se pretende, na prática, negar o aspecto corporativo de um conselho, mas sim buscar caminhos onde o fator corporativista não signifique necessariamente ações sectárias.

É neste ângulo de visão que se introduz a questão da ação de fiscalização do Conselho. Enfoca-

mos nesta questão sua própria gênese. Não se pretende negar a impossibilidade de se fiscalizar o exercício profissional de cada psicólogo. Neste caso, impossível e estéril. Que fazer então frente a este dilema? Continuar com as ações de fiscalização, embora com limitada eficácia, ou não fiscalizar?

Entendemos que não se trata de optar entre um procedimento ou outro, mas sim tentar ampliar até mesmo para além das fronteiras do Conselho o significado do conceito de fiscalização. Este foi o caminho a que nossas reflexões nos conduziram. Neste sentido, começamos a entender que este órgão, além da Orientação e Fiscalização do exercício profissional junto à categoria, o que tem sido sua praxis através dos trabalhos das comissões, deveria assumir mais enfaticamente seu papel social.

A consciência deste papel social obriga-nos a rever posições e a assumir compromissos concretos que tenham por objetivo orientar a população so-

bre os serviços de competência do psicólogo, buscando-se nessa ação um maior engajamento da mesma nas questões que diretamente lhe dizem respeito. Amplia-se com isso sua capacidade crítica e resgata seu verdadeiro papel, que é o de acompanhar e fiscalizar os serviços que lhe são oferecidos.

A proposta se coloca para debates, entendendo que esse compromisso não seja exclusivo deste órgão (que se recusa o papel paternalista, centralizador e ditatorial), mas sim que encontre eco na categoria como um todo. Afinal, o psicólogo quando recebe seu diploma, quando se inscreve no CRP, quando imprime um número no seu carimbo, quando se orienta pelo seu código de ética, responde com isso apenas ao que "legalmente", lhe é exigido para o exercício profissional. Mas, efetivamente, a "legitimidade" de sua ação, o "reconhecimento" enquanto profissional, lhe será atribuído pela população como um todo. E essa legitimidade, acreditamos, só se constrói no cotidiano dessa relação. Ou não?

Confirmada abertura de concurso para Psicologia no 2º Grau

A conselheira Yvonne Gonçalves Khouri, representando a Comissão de Ensino, esteve, no dia 28 de agosto último, juntamente com representantes da CENP, da Associação de Sociólogos, Sindicato dos Psicólogos e Associação dos Filósofos, em audiência com o secretário de Estado da Educação, Paulo Renato de Souza, para discutir questões de interesse das entidades presentes.

De acordo com a conselheira Yvonne, no que se refere ao ensino de Psicologia no 2º

Grau, o secretário confirmou a abertura de concurso para fevereiro de 86 e, como primeira medida, fará o remanejamento dos professores para levantamento do número de vagas existentes.

Um outro ponto confirmado pelo secretário é a criação do cargo efetivo nas escolas que tiverem 18 aulas da disciplina; as aulas excedentes serão preenchidas pelo regime ACT.

Os representantes da CENP informaram, ainda, durante a audiência, que fo-

ram enviadas as grades curriculares para o CEE para aprovação, sendo que haverá duas aulas de Psicologia para cada ano e por série.

A criação de vagas para psicólogos escolares, segundo o secretário, será discutida por ocasião da reformulação da Secretaria da Educação.

CURSO

A Comissão de Ensino do CRP-06 promoverá, juntamente com o Sindicato dos Psicólogos no Estado de São

Paulo, a partir do dia 14 de outubro próximo, o curso "PSICOLOGO — DOCENTE NO 2º GRAU", que visa desenvolver os temas propostos no Conteúdo Programático feito pela Comissão de Ensino e pela CENP.

O curso, que terá a duração total de 30 horas, será realizado das 19:30 às 22:30 horas. O número de vagas é limitado. As inscrições podem ser feitas na sede do CRP, de 7 a 11 de outubro. Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.084, 10º andar - fones: 212-8133 ou 212-8111.

Alerta aos professores

Os psicólogos que exercem o magistério na rede particular de ensino superior e que, eventualmente, estejam à procura de colocação devem ficar atentos às escolas para onde enviam seus curriculums. Isto por que tem-se tornado prática de um grande número delas demitirem seu corpo docente ao final de cada semestre.

Convém lembrar que existe no Código de Ética

um artigo que se refere exatamente a esta questão e que diz o seguinte:

"Artigo 7º — Não deve o psicólogo, como pessoa física, ou como responsável por Instituições prestadoras de serviços em Psicologia, aceitar emprego ou tarefa deixada por colega exonerado demitido em circunstâncias que atinjam a dignidade da profissão e os princípios de normas do presente Código."

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 6ª REGIÃO

Conselheiros: Álvaro Trujillo, Antonio Waldir Biscaro, Carlos Afonso Marcondes Medeiros, Carlos Rodrigues Ladeia, Denilréa Pérola A. Paoli Macário, Elizabeth Batista Pinto (licenciada), Heloisa Szymanski Ribeiro Gomes, Jane Persinotti Trujillo, José Paulo Correia de Menezes, José Sollero Neto, José Sterza Justo, Lorivam Lopes (licenciado), Luiz Carlos Rodrigues de Lima (licenciado), Maria de Fátima Menezes Ventura, Maria Inez Nunes Romeiro, Maria Rosa Cavazzani, Marilza da Costa Moreira da Silva, Mariza Oliveira Sanovicz, Marlene Guirado, Mirsa Elisabeth Dellosi, Mônica Guimarães Teixeira do Amaral (licenciada), Nanci Bühner, Selma de Souza Bastos, Sílvio Leite da Silva, Sueli Duarte Pacífico, Tania Maria José Aiello Tsu (licenciada) Vânia Ghirello Garcia, Vera Regina Lignelli Otero e Yvonne Gonçalves Khouri.

Sede - São Paulo: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084 - 10º andar - Fone (011) 212-8111. **Delegacias - Assis** (José Sterza Justo): Rua Marechal Deodoro, 123 conj. 11 (Conjunto Marechal) - Fone (0183) 22-8224. **Bauru** (Denilréa Pérola A. Paoli Macário): Rua Batista de Carvalho, 4-33, 8º andar, conj. 808 - fone (0142) 22-3384. **Campinas** (Hélio José Guillard): Rua Barão de Jaguaré, 1.481, 17º andar, sala 172 - Fone (0192) 32-5397. **Campo Grande** (Carlos Afonso Marcondes Medeiros): Rua Dom Aquino, 1.354, sala 97 - Fone (067) 382-4801. **Cuiabá** (José Luiz G. Zaramella): Av. Tenente Coronel Duarte, 565, conj. 203 - Fone (065) 322-6902. **Lorena** (Maria Inez Nunes Romeiro): Rua N.S. da Piedade, 185, sala 9 (Galeria do Hotel Colonial) - **Ribeirão Preto** (Vera Regina Lignelli Otero): Rua Cerqueira César, 481, 3º andar - Fone (016) 636-9021. **Santos** (Antonio Carlos Simonian dos Santos): Rua Oton Feliciano, 2, conj. 53 - Fone (0132) 4-6293. **São José do Rio Preto** (Kátia Vianna Ricardi): Rua 15 de Novembro, 3.171, 16º andar, sala 162. (Edifício Metropolitan Center).

Jornal do CRP-06

Jornal do CRP-06 é o órgão de orientação do exercício profissional publicado mensalmente pelo Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região. Comissão de Divulgação e Contato: Antonio Waldir Biscaro, Jane Persinotti Trujillo, Marilza da Costa Moreira da Silva e Sueli Duarte Pacífico. Editora: Vera Helena R. Carneiro Monteiro (MT. 11.578). Diagramador: Guto. Redação: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1084 - 10º andar - telefone (011) 212-8111 - 01452 - São Paulo. Composição, fotolitos e impressão: Proposta Editorial - fone 282-5992. Tiragem: 22.000 exemplares.

Diretoria do CRP com nova composição

Em agosto último, como acontece anualmente, o CRP-06 teve sua diretoria modificada, assim como houve o remanejamento de alguns conselheiros nas várias comissões que compõem o conselho.

É importante esclarecer aqui a relação entre esta nova diretoria e a eleição dos 30 conselheiros em 1983. Obviamente, somos todos, ainda, aqueles 30. Acontece que, uma vez eleitos, tivemos que escolher por voto secreto quatro dentre nós para formarem a diretoria que permaneceria por um ano apenas. Da mesma maneira, procedemos à formação de outras comissões de trabalho (Educação, Saúde, Instituição, Divulgação, Delegacia, Ética, Fiscalização, entre outras). Havíamos então nos proposto a "rodízio" tais participantes a cada ano,

de tal forma que se pudesse ter contato com as demais atividades do Conselho, rodízio este que não precisaria ser total: seria possível e até desejável que alguns conselheiros permanecessem depois desse ano, ou no caso dois, em sua comissão, para que se tivesse um mínimo de continuidade nos trabalhos.

Por esta razão, pode-se notar a recomposição das comissões. Por esta razão também, a diretoria foi modificada. Assim, muito embora a gestão do Conselho como um todo seja eleita a cada três anos — por voto direto de todos os psicólogos — sua diretoria, por uma iniciativa deste grupo, que ora representa a categoria em seu órgão, é submetida à reformulação.

Aqui vão os nomes dos integrantes da nova diretoria e a atual composição das co-

missões: Presidente — Marlene Guirado; vice-presidente — Álvaro Trujillo; Secretária — Selma de Souza Bastos e Tesoureira — Nanci Bühner.

Comissão de Orientação e Fiscalização — José Sollero Neto (pres.) e Álvaro Trujillo.

Comissão de Ética — Maria Inez Nunes Romeiro (pres.), Maria de Fátima Menezes Ventura e Heloisa Szymanski Ribeiro Gomes.

Comissão de Delegacias — Carlos Rodrigues Ladeia (pres.) e Sílvio Leite da Silva.

Comissão de Divulgação e Contato — Jane Persinotti Trujillo, Sueli Duarte Pacífico e Antonio Waldir Biscaro.

Comissão de Supervisão e Ensino — José Paulo Correia de Menezes (pres.), Oscar Armani Filho, Carlos Rodri-

gues Ladeia e Yvonne Gonçalves Khouri.

Comissão de Tomada de Contas — Sueli Duarte Pacífico, Antonio Waldir Biscaro e Heloisa Szymanski Ribeiro Gomes.

Comissão de Educação — Vânia Ghirello Garcia.

Comissão de Saúde — Marisa Oliveira Sanovicz, Mirsa Elisabeth Dellosi, Nanci Bühner e Maria Rosa Cavazzani.

Comissão de Trabalho — Antonio Waldir Biscaro, José Paulo Correia de Menezes e Maria de Fátima Menezes Ventura.

Comissão de Regimento — Antonio Carlos Simonian, Álvaro Trujillo, Sílvio Leite da Silva e Maria Inez Nunes Romeiro.

Comissão de Instituição — Marlene Guirado e Sueli Duarte Pacífico.

ANOTE

ANOTE tem se caracterizado como uma seção de prestação de serviços através da divulgação gratuita de cursos e atividades que nos são encaminhados. Uma de nossas preocupações em relação à divulgação desse material é quanto à qualidade dos "trabalhos" que são oferecidos. Na medida em que ultimamente temos recebido algumas solicitações pouco completas em relação a cursos e eventos, estamos solicitando que esse material seja mais detalhado.

Com relação aos cursos, o CRP-06 pede que sejam fornecidos dados completos a respeito dos objetivos, fundamentação

teórica, forma de trabalho, material bibliográfico e custo. Em relação ao profissional, pedimos um pequeno currículo informando sobre cursos feitos e as atividades que já desenvolveu e que vem desenvolvendo. Das entidades promotoras de eventos e cursos, solicitamos informações sobre suas propostas básicas e, caso seja registrada no Conselho, seu número de inscrição.

Com esses pequenos cuidados, que a primeira vista podem parecer burocráticos, o Jornal do CRP-06 terá condições de melhorar ainda mais a seção ANOTE.

Promovido pela Sociedade Rorschach de São Paulo, será iniciado no dia 15 de outubro o curso RORSCHACH E PSICQUIATRIA FORENSE. A programação do curso abordará, entre outros aspectos, noções gerais de psicologia forense, perícia psiquiátrica, a perícia e o psicólogo, o teste de Rorschach e a perícia, etc. As aulas serão ministradas às terças-feiras das 18:00 às 20:00 horas. Inscrições e informações: rua Itapeva, 490 - cj. 74 - fone: 289-2067.

Ψ Ψ Ψ
Será realizado, de 11 a 15 de dezembro próximo, em Phoenix, Arizona, E.U.A., um congresso sobre A EVOLUÇÃO

DA PSICOTERAPIA. Estarão presentes neste encontro representantes de várias correntes terapêuticas, como Bruno Bettelheim, Albert Ellis, Ronald Laing, Rollo May, Zerk Moreno, Carl Rogers, Thomas Szasz, Lewis Wolberg e Joseph Wolpe. Maiores informações podem ser obtidas com a psicóloga Maria Margarida M.F. de Carvalho, pelo fone (011) 67-9926.

Ψ Ψ Ψ
A Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto promoverá, de 23 a 27 de outubro próximo, sua XV REUNIÃO ANUAL DE PSICOLOGIA. Durante o evento serão abordados temas sobre Psicologia Clínica, Social, Organizacional e Industrial.

Saúde, Análise Experimental, Psicobiologia, Técnicas Psicoterápicas, Educação Especial, Modificação do Comportamento. Maiores informações pelo fone (016) 625-9366, das 14:00 às 18:00 horas.

Ψ Ψ Ψ
A Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul estará promovendo, conjuntamente com a Associação Brasileira de Neurologia e Psiquiatria Infantil, de 24 a 27 de outubro próximo, a I JORNADA GAÚCHA DE SAÚDE MENTAL E COMUNITÁRIA. O evento contará com a participação da dra. Elza Gutierrez Baro, psiquiatra cubana, e do dr. Armando Barquette, psicanalista mexicano.

Os interessados podem obter maiores informações na Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul, à rua dos Andradas, 1.354, conj. 35-A - fone (0512) 25-7088 - Porto Alegre - RS.

Ψ Ψ Ψ
Será realizado, de 24 a 26 de outubro próximo, em Porto Alegre, o VI ENCONTRO REGIONAL DE PSICÓLOGOS E ADMINISTRADORES e o VIII ENCONTRO REGIONAL DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL. O evento terá como tema o Desenvolvimento de Recursos Humanos. Informações e inscrições: Racional - Consultoria e Planejamento de Pessoal Ltda - rua Miguel Tostes, 524 - Porto Alegre - RS - fones: (0512) 32-3668 e 32-8404.

Agenda

26/8 a 30/8/85 - O conselheiro Carlos Rodrigues Ladeia esteve em Corumbá participando do curso sobre psicologia escolar e da semana de comemorações do Dia do Psicólogo.

27/8/85 - A conselheira Mirsa Elisabeth Dellosi esteve presente nas solenidades de formatura da Faculdade de Psicologia São Marcos, quando entregou diretamente aos formandos as carteirinhas de inscrição no CRP-06.

27/8/85 - Foi comemorado o Dia do Psicólogo com o encerramento do Seminário Psicologia e Instituição pela manhã e, à noite, com o debate Saúde Pública e Constituinte.

27/8/85 - A conselheira Yvonne Gonçalves Khouri participou de reunião da Associação

Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - onde se discutiu o tema Comportamento no Trânsito.

27/8/85 - O conselheiro Antonio Waldir Biscaro participou, como conferencista convidado, de palestra e debate sobre o tema Psicologia e Saúde Mental - Constituinte, uma opção pelo trabalhador, promovido pela Delegacia de Ribeirão Preto em comemoração ao Dia do Psicólogo.

28/8/85 - A conselheira Yvonne Gonçalves Khouri, representando a Comissão de Ensino, manteve audiência com o secretário da Educação Paulo Renato de Souza, durante a qual foi discutido, entre outros temas, o concurso para o ensino de psicologia no 2º grau.

30/8/85 - A conselheira

Mirsa Elisabeth Dellosi participou da Semana de Psicologia na Universidade de Taubaté, quando se discutiu Psicologia e Comunidade.

4/9/85 - Realizou-se às 17:00 horas, na sede deste CRP, com a presença do conselheiro José Soller Neto, reunião com os psicólogos do Interior e da Capital que trabalham com psicótipos, para discutir o valor da taxa dos exames psicotécnicos.

4/9/85 - Foi realizada, na sede deste CRP, reunião com grupo de psicólogos da Fabes. O grupo foi criado durante o Seminário Psicologia e Instituição.

4/9/85 - A conselheira Mirsa Elisabeth Dellosi esteve em reunião do Fórum dos Conselhos da Área de Saúde de São

Paulo, que aconteceu na sede deste CRP.

6/9/85 - A Comissão de Ensino esteve reunida, na sede do Conselho, com representantes da CENP e com o representante do sindicato, Sérgio Leite. Presenças dos conselheiros Yvonne Gonçalves Khouri e Carlos Rodrigues Ladeia.

12/9/85 - A conselheira Mirsa Elisabeth Dellosi proferiu palestra em aula de Ética na Faculdade São Marcos.

13/9/85 - Foi realizada a Assembleia Geral Ordinária da categoria para definição da anuidade e demais taxas para o próximo exercício.

13/9/85 - A conselheira Maria Inez Nunes Romeiro esteve na Faculdade de Lorena para participar da Semana de Ética.

1 - Considerações Gerais:

Antes de abordarmos o aspecto técnico vinculado ao exame psicológico é fundamental que se faça uma reflexão sobre o "objeto de estudo" deste exame: o motorista.

Tal reflexão deve, fundamentalmente, partir de uma análise social mais ampla: o motorista brasileiro e principalmente o motorista profissional brasileiro. Somente após isto podemos abordar o psicotécnico.

O que se deve observar antes de mais nada é que este "motorista" é, acima de tudo, um ser humano, um organismo que funciona sob sistemas reguladores próprios, que ele desenvolve ao longo de sua existência.

Estes mecanismos reguladores têm a influência de duas forças determinantes: internas e externas.

Podemos entender como "forças internas" todo aspecto orgânico/psicológico inerente ao indivíduo, com o qual ele nasce e se desenvolve: são fatores de origem fisiológica etc, que o acompanham e determinam também suas ações.

Quando falamos de "forças externas", estamos entendendo os aspectos sociais, externos às pessoas, que juntamente com os aspectos orgânicos, fundem-se na determinação da conduta do ser humano. Os aspectos sociais, pois, variam

PSICOTÉCNICO

de acordo com o meio ambiente, a cultura, enfim, o habitat em que o indivíduo está inserido.

O motorista é, obviamente, conduzido também por estas "duas forças", e é a partir daqui que poderemos iniciar a análise a respeito do exame psicotécnico.

2 - O exame psicotécnico: sua fundamentação

Se o motorista é, então, influenciado em sua conduta por estas duas forças, e através delas vai determinando seus sistemas reguladores, é de fundamental importância que ambas façam parte da análise que vai determinar se ele é ou não apto a exercer esta função (o psicotécnico).

O exame psicotécnico, pois, deve ser uma análise da DINÂMICA do indivíduo, e é aqui que nos deparamos com um dos mais sérios problemas. Via de regra, o que se observa nos psicótipos, é uma análise estanque baseada em métodos inadequados para avaliar o nosso motorista (em termos de contexto social, orgânico, etc.) que vem longinquamente vislumbrar sua dinâmica.

O PMK, teste amplamente difundido e utilizado na avaliação de motorista,

fornece dados estruturais, mas não consegue se aprofundar nos meandros de como o indivíduo se utiliza desta estrutura. Hetero ou auto-agressividade, intra ou extra tensão são aspectos "brutos", que não nos revelam, em absoluto, o "funcionamento" do ser humano que temos a nossa frente. Como ele atua com esta característica? Quais seus sistemas reguladores?

Está aí, a nosso ver, a maior falha das avaliações psicotécnicas, sem falar na padronização inadequada em nossos testes X nossa realidade. Testes de inteligência têm sido utilizados também, nessas avaliações, porém, quando paramos para refletir o que é a inteligência do povo brasileiro, e quanto estes instrumentos são adequados para avaliá-la.

Portanto, o exame psicotécnico carece de uma mudança em sua base, devendo ser fundamentado numa análise psico-social do indivíduo e da função, o que hoje, pode-se dizer, inexistente.

3 - O Exame Psicotécnico: proposta para reformulação

Após tais reflexões, chegamos à conclusão que nossa avaliação é totalmente

Novo estatuto do funcionário público federal

A Comissão do Serviço Público Federal (INPS, Inamps), preocupada com o novo estatuto que deverá entrar em vigor em outubro de 1985, encaminhou ofícios aos ministros da Administração e da Previdência Social bem como aos superintendentes do INPS e Inamps, solicitando o envio do mesmo a esta comissão para conhecimento e estudos. Nossa principal preocupação é com a futura situação do psicólogo "celetista" em relação à mudança do regime de trabalho (contrato assinado, FGTS, quinquênio, etc...). A comissão continua se reunindo quinzenalmente às quartas-feiras, das 18h30 às 20h30.

SUA PARTICIPAÇÃO É IMPORTANTE

Psicólogos excluídos da gratificação de nível

Psicólogos que atuam como professores de 1º grau na Prefeitura de São Paulo estão sendo excluídos da gratificação de nível superior, concedida por lei a todos os docentes que tenham formação universitária de curso conhecido por lei. A denúncia foi feita pela psicóloga Nancy M. L. Cintra, que consultou o Conselho pedindo maiores esclarecimentos sobre o assunto.

A diretoria e sua assessoria jurídica, estudando a legislação pertinente ao assunto, verificaram que a lei que estabelece tal gratificação não exclui nenhum profissional. A exclusão é baseada em algumas normas da Secretaria Municipal da Educação, o que implica num desrespeito à referida lei. O CRP-06 já encaminhou ofício a esta secretaria solicitando cópias dessas normas, no sentido de melhor se instrumentalizar em relação à questão.

A diretoria decidiu, ainda, que os psicólogos que se encontram nessa situação devem entrar em contato com o Conselho, para uma eventual necessidade de mobilização destes profissionais em torno da questão.

alienada da realidade que nos cerca, e que é de fundamental importância sua revisão.

Tal revisão, antes de mais nada, deve partir de uma reflexão interna, de uma revisão de nossa postura enquanto avaliadores.

É inadmissível que fatores tais como o ambiente, o meio social em que o indivíduo vive e vai atuar como motorista sejam "esquecidos" quando de sua avaliação. Na cidade de São Paulo, por exemplo, um motorista profissional, principalmente no transporte coletivo, está sujeito a pressões do trânsito caótico, assaltos, agressões, etc. Sem que isto seja também considerado, qualquer análise é parcial.

A partir de uma mudança na postura de avaliação, que vise ampliá-la e aprofundá-la, deve-se partir para uma total revisão das técnicas hoje utilizadas, tomando como ponto de partida o fundamental (e que ainda inexistente): uma validação das mesmas.

Enfim é necessário que enxerguemos o horizonte mais amplo que é uma avaliação de um indivíduo para habilitá-lo ou não como motorista, para que possamos atualizar-nos e nos aproximarmos de uma análise mais fidedigna e confiável.

LENI HIDALGO NUNES - CMTCCRP-06/8.054-5

NO DIA DO PSICÓLOGO: A IMPORTÂNCIA DE GARANTIR NOSSA PRESENÇA NESTA CONSTITUINTE

Com a presença de um número bastante significativo da categoria, que lotou completamente o auditório do Instituto Sedes Sapientiae, foi realizado, no dia 27 de agosto último, o debate Saúde Pública e Constituinte, em comemoração ao Dia do Psicólogo.

Fizeram parte da mesa, como coordenadoras, Marlene Guirado, conselheira-presidente do CRP-06, e Ana Bock, presidente do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, como expositores, Moisés de Campos Aguiar, representante do Conselho Federal de Psicologia, e Ana Maria Pitta Hoisel, psiquiatra da Coordenadoria de Saúde Mental.

De acordo com Moisés, primeiro expositor, apesar de estarmos às portas da convocação da Assembléia Nacional Constituinte, é muito importante que os psicólogos se reúnam e comecem a levantar sugestões, pressionando os políticos para fazer valer suas idéias e opiniões, e conseguirem assim sua representação.

Num segundo momento, Moisés relembrou suas oito sugestões para garantir a presença do psicólogo nesta Constituinte. São elas:

1. Participar dos debates convocados pelos Conselhos, Sindicatos, Associações e demais entidades da categoria.



O debate no auditório do Instituto Sedes Sapientiae

2. Participar dos debates convocados por entidades representativas da sociedade civil.

3. Estimular a participação dos colegas nesses eventos.

4. Promover debates com a população: alunos, profissionais das instituições em que trabalham, entidades de bairros, religiosas, corporativas, partidos políticos, etc.

5. Estimular os órgãos de divulgação a abrirem e

ampliarem espaço para informações e debates.

6. Trocar informações com colegas, entidades da categoria e demais organizações da comunidade.

7. Pressionar parlamentares para que respeitem e veiculem no Congresso Nacional as posições definidas nos debates da população.

8. Aproveitar todos os congressos, conferências, encontros, mesas-redondas, debates, seminários, "semanas" e promoções congêneres para neles introduzir discussões sobre a ordenação constitucional relacionada com o tema em tela.

Já a fala de Ana Pitta foi centrada no sentido de reassegurar o direito do doente mental nesta Constituinte. A representação destes, segundo ela, deveria ser feita através de profissionais ligados à área da saúde, que atuariam como porta-vozes.

Ana Pitta salientou ainda que a lei brasileira, no que tange ao doente mental, reflete aspectos medievais. "Na Inglaterra" — exemplificou — "desde 1959 a internação é um ato voluntário, e na Itália proibiu-se a construção de asilos".

A psiquiatra frisou também que nossa Constituição não poderá legitimar tanta impunidade e concluiu afirmando a necessidade de respeito ao diferente, que não pode ser excluído de seus direitos de cidadania.

Psicologia Organizacional: a opção pelo trabalhador (1)

Desde sua estréia no cenário das empresas, o psicólogo foi identificado como profissional de recursos humanos, atuando na mesma faixa de outros profissionais de ciências humanas: administradores, pedagogos, sociólogos, assistentes sociais e outros. Até aí nada a reparar, pois toda sua formação justifica este enquadramento.

O que preocupa é que nestes quase setenta anos de atuação na empresa, poucas vezes o psicólogo parou para analisar seu papel sob o enfoque político.

Foi pensando nisto que a Comissão de Psicologia do Trabalho, deste CRP, resolveu abordar o tema em uma série de reuniões e, analisando as diversas posições mais frequentemente assumidas pelos psicólogos na empresa, o grupo chegou a esboçar uma espécie de tipologia das condutas do psicólogo na vivência de seu papel.

A primeira posição analisada foi a do profissional que insiste em considerar o trabalho psicológico na empresa acima de qualquer ideologia e imune a qualquer conotação política. Para ele a ciência é neutra e sua aplicação acompanha esta neutralidade. A preocupação dominante deste cidadão é com o estudo de novas técnicas, novos modelos de desenvolvimento, pesquisas sobre provas de seleção, apuração estatística de testes, novas modalidades de atuação e por aí afora. Tal postura tecnicista, entretanto, não resistiria a uma singela pergunta: quem leva vantagem com esse esforço todo?

Analisou-se, em seguida, uma posição nem sempre claramente manifesta pelo psicólogo que, em situação de conflito capital X trabalhador, assume a defesa dos pontos de vista da empresa. Em outras ocasiões, aparecem comportamentos nitidamente prejudiciais aos trabalhadores, usando os recursos da psicologia sob os mais variados pretextos. Esta posição patronista já foi expressa, em outros tempos, sob a forma de denúncia direta aos órgãos de repressão de militantes sindicais que ainda hoje são discriminados nos processos seletivos. A justificativa apresentada pelos psicólogos que agem dentro deste padrão é a de que cumprem ordens e como são remunerados pela empresa só a ela devem satisfações.

A terceira posição analisada foi a do psicólogo que até reconhece a existência do conflito mas crê pairar acima do mesmo, não se

posicionando ostensivamente a favor de qualquer das partes mas tentando apaziguar a ambas através de uma ação de "colocação de panos quentes" ou amaciando os impactos através de ações diversionistas ou de acomodações. Função análoga à exercida pelos dirigentes sindicais "pelegos" que, se não se posicionam contra o trabalhador, também não contestam a autoridade da empresa que tem direito de vida e morte sobre o assalariado. Aparentemente, este psicólogo se posiciona equidistante neste conflito mas se descermos o microscópio vai se ver melhor a sua verdadeira posição.

Há uma quarta postura, em muitos aspectos semelhante à anterior, só que neste caso o profissional tenta negar a existência do conflito, crente de que a paz e harmonia social sejam facilmente alcançáveis. Todo o seu esforço é dirigido na promoção de eventos onde se procura evidenciar o perfeito entrosamento entre capital e trabalho. O discurso deste psicólogo é um discurso humanista (ou pseudo-humanista) e a empresa ideal para ele é a que tem como modelo a "organização total". Segundo este modelo o trabalhador é tratado de forma a se identificar inteiramente com a empresa eliminando-se as raízes do conflito. As empresas modernas dispõem de todo um arsenal de recursos para se aproximar do modelo total: campanhas de produção, planos de sugestões, C.C.Q. e outros. Muitos psicólogos mergulham de cabeça neste empreendimento, fornecendo subsídios e assessorando a implantação das práticas destinadas a facilitar o envolvimento (leia-se alienação) mais rápido dos trabalhadores.

Poderíamos seguir adiante analisando outras nuances de comportamentos, que essencialmente não se diferenciam das descrições acima, revelando um dado comum a todas: a velha aliança da psicologia com o poder patronal mesmo que esta aliança nem sempre seja exatamente uma posição antagônica em relação ao trabalhador.

Se a opção pelos interesses do capital marcou até agora as condutas da psicologia organizacional, julgamos que já é tempo de se proceder a uma revisão nestas posturas reorientando a ação dos psicólogos a favor do trabalho e de novas relações de trabalho.

No próximo número procuraremos detalhar a extensão e o significado de uma nova opção de trabalho.

NOTÍCIAS DAS DELEGACIAS

Ribeirão Preto e Campinas promovem encontro de ex-alunos

A Delegacia de Ribeirão Preto está pedindo à turma que se formou em 1975, em Psicologia, pela USP de Ribeirão Preto, que se comunique com as pessoas abaixo relacionadas a fim de se organizar a comemoração dos 10 anos de formados. São elas: Márcia - (011) 533-5831 Rachel (016) 636-7455 e Têia (016) 625-2304.

Em Campinas também está sendo preparado encontro para comemoração dos 15 anos de formados do Instituto de Psicologia - PUC - Campinas. Quem fez parte da turma de 1970 pode entrar em contato com Dayse Maria Borges Keiralla - rua Estanislau Ferreira de Camargo, 121 - F(0192) 41-5342.

As Delegacias no Dia do Psicólogo

A programação de comemoração do Dia do Psicólogo nas várias delegacias regionais do CRP-06 obedeceu a um ritmo de atividades bastante intenso.

Em Campinas vários eventos sucederam-se durante o mês de agosto. No dia 8 foi realizada mesa-redonda que desenvolveu o tema "O Psicólogo que Temos e o Psicólogo que Queremos"; no dia 12 nova mesa-redonda, que enfocou "Saúde Pública: o Papel do Psicólogo"; dia 19, conferência e debate sobre "O Psicólogo e a Constituinte"; e, por fim, no dia 27, foi feita a projeção do filme "Desajuste Social", de Pasolini.

A Delegacia de Ribeirão Preto comemorou o dia 27 com o debate e palestra sobre o tema "Psicólogo-Saúde Mental - Constituinte: uma Opção pelo Trabalhador". A palestra foi proferida pelo conselheiro deste CRP Antonio Waldir Biscaro.

Em Bauru, as atividades começaram no dia 24 de agosto, quando houve debate e troca de vivência e se estenderam até o dia 27, com o debate sobre "Saúde, Mental: um Direito de Todos".

A Delegacia de Lorena comemorou o Dia do Psicólogo dia 7 de setembro último, realizando palestra e debate sobre Constituinte. Estiveram presentes ao evento, entre outros, a delegada conselheira Maria Inez Nunes Romeiro, a delegada adjunta Glória Soares e o advogado José Antonio Nunes Romeiro, que proferiu a palestra.

FÓRUM DOS CONSELHOS DE SAÚDE PROMOVE DEBATE

O Fórum dos Conselhos de Saúde de São Paulo promoverá no dia 30 de outubro, às 19:30 horas, no SENAC, o debate SAÚDE E CONSTITUINTE. Compõem o Fórum os conselhos de: assistentes sociais, de enfermagem, de farmácia, o Federal de fonoaudiologia, de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Medicina, Nutricionistas e odontologia. O debate, aberto às categorias profissionais de saúde e à população em geral, contará com representantes de outras entidades como a CUT, Conclat, Diesat e Movimento de Saúde.

PSICÓLOGOS INTERESSADOS NA ÁREA DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

Participem da montagem do I ENCONTRO REGIONAL DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA EM ORGANIZAÇÕES. Venham ajudar-nos a montar o tema, datas, quadro de expositores, formas de divulgação, etc.

Faça parte da Comissão de Trabalho, que se reúne todas as primeiras e terceiras quartas-feiras do mês.

Comissão de Psicologia do Trabalho